Conclusões

Simone Monteiro

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MONTEIRO, S. Conclusões. In: *Qual prevenção? Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, pp. 121-130. ISBN: 978-85-7541-521-4. Available from: doi: [10.7476/9788575415214](https://doi.org/10.7476/9788575415214). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/vmnhq/epub/monteiro-9788575415214.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Conclusões

Por meio da análise da dimensão simbólica da proteção de jovens de segmentos populares, intencionou-se contribuir para a reflexão sobre as limitações e alcances de políticas de prevenção ao HIV/Aids, particularmente aquelas centradas na responsabilidade pessoal e na abordagem epidemiológica de risco.

Considerando que se devem pensar as propostas preventivas em função das possibilidades de mudar ou adequar os dispositivos que estruturam o comportamento, um primeiro ponto do estudo a ser ressaltado refere-se à importância da caracterização de uma dada população com um determinado perfil socioeconômico e com especificidades simbólicas.

A partir de um olhar etnográfico, mapearam-se aspectos da trajetória biográfica de um grupo de pessoas do mesmo universo etário e local de moradia, com poder aquisitivo semelhante e que compartilha dispositivos peculiares (*ethos*) relacionados à convivência com o tráfico de drogas e com estigmas sociais como pobreza e marginalidade.

A ênfase na experiência social do gênero e da sexualidade dessa população permitiu a identificação de valores culturais predominantes nesse contexto, favorecendo a compreensão dos sentidos atribuídos pelo grupo aos comportamentos do dia-a-dia que interferem na lógica da prevenção do HIV. Em outras palavras, ao privilegiar a dimensão simbólica das trajetórias femininas e masculinas – relativas a aspectos da vida cotidiana como escolaridade, profissionalização, relações de parentesco e de vizinhança, gênero, iniciação e experiência sexual – foi possível conhecer a visão de mundo e os comportamentos do grupo.

A trajetória dos rapazes revela a internalização de expectativas sociais em relação à função masculina tradicional de provedor, mediante a ocupação do espaço público. Verificou-se uma naturalização da não

participação dos homens nas tarefas domésticas e a importância do trabalho em detrimento do investimento no ensino formal. A maioria dos entrevistados realizava atividades remuneradas – incluídos aqui os casos de envolvimento com o tráfico de drogas – e, em comparação com as meninas, sentia-se mais atraída pelas perspectivas de profissionalização oferecidas pelas organizações comunitárias locais.

Na trajetória feminina, a manutenção das mulheres no espaço doméstico, em função das expectativas sociais do papel feminino de filha, esposa e/ou mãe contrapõe-se à ocupação masculina do espaço público, expressa no valor do trabalho e no adiamento da constituição do núcleo familiar. Mesmo aquelas que, devido a conflitos domésticos, saíram da casa dos pais e buscaram independência financeira e ‘respeito’ – por meio da participação no comércio ilegal de drogas – abandonaram essa atividade em função dos riscos e procuraram constituir uma família. Observa-se aqui a percepção da oposição entre o mundo protetor, seguro e ordenado da ‘casa’ e o mundo desordenado, perigoso da ‘rua’.

Os relatos dos(as) jovens sobre a importância do ensino formal indicam o valor simbólico da formação escolar como garantia da não exclusão social. No entanto, os problemas do ensino público, articulados com traços simbólicos referentes ao gênero, colaboram para a evasão escolar.

No caso das meninas, a não profissionalização feminina fora do âmbito doméstico guarda relação com o valor social do casamento e da maternidade. Os rapazes, cuja inserção no ensino formal ainda é menor do que a das mulheres, abandonaram a escola, grande parte das vezes, em decorrência da intenção de realizar uma atividade remunerada para ajudar em casa e adquirir bens de consumo.

As trajetórias do grupo investigado revelam uma confluência, entre geração e gênero, de perfil tradicional. *Grosso modo*, pode-se dizer que rapazes e moças saem da casa para o mundo público por meio da escolarização, atividade remunerada e/ou violência doméstica. Devido à conjugação de valores sociais e de condições materiais, as meninas retornam ao mundo da casa; ao passo que a atribuição de provedor contribui para a manutenção e dominação dos homens no universo público.

A experiência sexual do grupo pesquisado revelou diferenças entre valores e práticas femininas e masculinas, apontando para as inter-relações entre gênero e sexualidade. As percepções dos(as) entrevistados(as), referentes ao universo feminino, indicam mecanismos de controle da conduta sexual feminina, valorização da virgindade e um nexo significativo entre sexo e vínculo amoroso.

Em contrapartida, as visões acerca do mundo dos homens falam de como a sexualidade está conectada à virilidade, manifestada na tomada de iniciativa, na sedução e na dominação assim como em uma distinção entre relação amorosa e aprendizagem sexual. Verificou-se que a ordenação de gênero se arma em termos hierárquicos e que os roteiros sexuais de rapazes e moças estão profundamente marcados por tais concepções.

A descrição da experiência social do gênero e da sexualidade pode iluminar as avaliações da repercussão das campanhas de prevenção das DST/Aids entre jovens de segmentos populares urbanos.

Nesse eixo de reflexão, vale salientar os contrastes entre o discurso preventivo moderno e os dados do contexto em foco. As campanhas educativas dominantes são centradas na concepção de igualdade de direitos individuais, conforme indicam as propostas de planejamento e negociação com o(a) parceiro(a) sobre a prática do sexo seguro, visando ao uso da camisinha e/ou ao sexo sem penetração.

No entanto, no universo investigado registrou-se que no contexto da primeira transa, em vez de um acordo prévio, prevaleceram motivações de naturezas diversas (confiança, vínculo amoroso, oportunidade, curiosidade) bem como a não utilização de métodos preventivos.

Na experiência sexual, predominam relações heterossexuais genitalizadas e desprotegidas. As críticas do grupo às práticas auto-eróticas como forma de satisfação individual, a recorrência dos casos de gravidez entre as jovens, a maternidade como um bem simbólico e a assimetria de gênero complementam as diferenças entre o discurso preventivo e a realidade da população investigada.

Nota-se, assim, o quão distante tal realidade está das propostas preventivas no campo do HIV/Aids, formadas pela concepção moderna de sexualidade e pela perspectiva racional e normativa das práticas. A falta de convergência entre o referencial cultural da população-alvo da ação educativa e o discurso preventivo indica que a maioria dos programas de prevenção da Aids não considera os resultados e os mecanismos de apreensão das informações transmitidas. Talvez essa seja uma das razões de tais ações, em geral, não alcançarem as metas esperadas.

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que as condições materiais e simbólicas dos(as) jovens pesquisados(as) tendem a atualizar os valores tradicionais de gênero, isto é, elas demarcam de maneira exclusiva as esferas masculina e feminina e supõem uma supremacia da primeira sobre a segunda.

A coexistência de diferentes sistemas simbólicos (de feição individualista ou hierárquica), no interior de uma mesma sociedade

complexa, aponta para o fato de que, apesar de alguns deles serem dominantes, existe uma multiplicidade de códigos de leituras para os fenômenos sociais. Assim, mesmo com as mudanças introduzidas por tecnologias de comunicação de massa mais eficientes, as campanhas educativas portadoras de discursos mais ou menos comprometidos com o ideário moderno individualista são interpretadas e incorporadas de forma distinta pelos segmentos que compartilham do espaço social datado.

As reflexões sobre práticas e visões de mundo – tanto numa perspectiva sincrônica (indicada nos estudos comparativos de grupos sociais contemporâneos) quanto numa abordagem diacrônica – permitem a identificação da persistência ou da mudança de representações organizadoras da percepção de mundo dos diversos grupos sociais. A mencionada variação entre opiniões e atitudes de jovens de camadas populares e médias de centros urbanos, no que se refere a determinados domínios da cultura, exemplifica esse eixo de reflexão.

As conexões entre as modificações sociais decorrentes da modernidade e as representações dos grupos sociais são ilustradas no estudo de Bozon (1995). O autor reconhece mudanças importantes no comportamento sexual feminino, relacionando-as às transformações do papel e do lugar da mulher na sociedade, à liberação dos costumes e ao controle do ciclo reprodutivo. Todavia, chama a atenção para a persistência de determinadas representações sobre o papel social feminino e masculino que não alteraram

de modo profundo nem as representações, nem os lugares desiguais de homens e mulheres nesse domínio. Dependentes de um desejo masculino dominante, as mulheres são um objeto que se procura possuir. Os homens são vistos como sujeitos desejantes independentes. (Bozon, 1995:132)

Esse ponto de vista assinala uma significativa resistência do plano simbólico mais profundo, o das representações, em se alterarem em ritmo similar àquele que opera os comportamentos. Isso indica as dificuldades de se adotar novas práticas, tendo em vista as visões de mundo construídas e internalizadas ao longo do tempo. Tal discussão é fundamental para avaliar as limitações das propostas no campo da prevenção, centradas na decisão racional individual, que não levam em conta a dificuldade de se modificar comportamentos arraigados, decorrentes de representações que orientam e organizam o cotidiano das pessoas.

A reflexão das repercussões das transformações sociais na modificação (a curto, médio e longo prazo) das representações e das práticas nos remete para um outro ponto, qual seja, as condições materiais de existência do grupo.

A trajetória dos pais/familiares do grupo entrevistado não indicou perspectivas de mudança no padrão de vida. No contexto atual, além da manutenção das desigualdades sociais e da deficiência das políticas públicas, tais jovens convivem com o forte apelo da indústria de consumo e com o enfraquecimento da rede de controle e socialização como a igreja e a família. Essa realidade pode explicar a penetração e o crescimento do comércio ilegal de drogas entre populações urbanas empobrecidas.

Tal cenário alimenta a contradição entre o forte estímulo ao consumo de bens e a incapacidade das populações de baixo poder aquisitivo de adquiri-los e, dessa forma, contribui para que uma parcela de adolescentes de camadas populares, principalmente do sexo masculino, siga trajetórias profissionais diferenciadas do modelo das gerações adultas, que assumem o trabalho como um valor. A adesão ao poder aquisitivo proporcionado pelo comércio ilegal de drogas se apresenta como uma alternativa sedutora. Conquanto prevaleçam traços do ideário tradicional, como a assimetria do gênero característica do *ethos* viril, nota-se que a ênfase no poder de consumo denota um enfraquecimento do valor de trabalho e de reciprocidade, indicando a especificidade das repercussões da modernização entre diferentes segmentos sociais.

Verificou-se que os projetos das organizações comunitárias procuram oferecer outras opções para essa população. Entretanto, é possível supor que tais iniciativas da sociedade civil têm um grande desafio a realizar e muitas vezes parecem ficar em desvantagem em relação ao poder aquisitivo e moral do poder ilegal. É importante não perder de vista que a reprodução e a modificação dos comportamentos são dependentes dos dispositivos que estruturam as práticas, quer dizer, da interação entre as condições sociais e simbólicas de existência.

As descrições das manifestações culturais dos jovens de Vigário Geral, referentes ao sistema de gênero e sistemas produtivos, isto é, de trabalho, convergem para as análises da literatura antropológica sobre segmentos populares urbanos, indicadas ao longo do trabalho.

Acredita-se que uma das colaborações do presente estudo é a possibilidade de um registro datado do modo de vida de um determinado segmento social com um perfil social e etário definido. Os resultados desta investigação podem servir de base para pesquisas comparativas a curto prazo com grupos diferenciados ou a médio prazo com a mesma população, visando à análise da mudança e/ou à persistência de representações e práticas das temáticas focalizadas e a sua inter-relação com as transformações na dinâmica social.

Uma outra contribuição desta pesquisa refere-se à ênfase na dimensão simbólica da proteção como uma alternativa de relativização do enfoque epidemiológico de risco. A reflexão sobre a existência de um sistema cultural de proteção teve por objetivo direcionar a discussão sobre os cuidados com a saúde, em particular a transmissão do HIV, para o âmbito simbólico das práticas do cotidiano. A realização de tal meta foi orientada pela caracterização das visões de mundo e de comportamento da população investigada, focalizando o sentido de proteção frente à percepção do grupo das ameaças da vida.

Os relatos e as observações das biografias indicaram que os núcleos simbólicos de proteção desses jovens estão conectados ao valor das relações pessoais, ao invés da noção de direitos individuais, expresso na oposição entre o universo protetor e seguro da 'casa' e do 'outro mundo' e o espaço perigoso e arriscado da 'rua'.

Isso significa dizer que, de acordo com a percepção do grupo pesquisado, a proteção está referida ao universo 'conhecido' – os amigos, o local de moradia, a rede de parentesco e de vizinhança e ainda o traficante (elemento de dentro) – que alude à esfera de significação da 'casa', bem como à força divina (expressa nas concepções de onipotência e supremacia de Deus) relativa aos elementos do 'outro mundo' (lugar de esperança e igualdade).

A ameaça está associada ao mundo 'desconhecido' (de fora, estranho à comunidade), à violência policial, ao baile, isto é, à esfera de significação da 'rua'. Ainda dentro dessa lógica, a dimensão simbólica da proteção apóia-se na divisão tradicional dos atributos femininos e masculinos, na qual as mulheres são identificadas com o esteio moral, e os homens com o sustento econômico e com a força moral e bélica do poder ilegal.

Convém salientar que as fronteiras entre a casa e a rua não são excludentes, mas relacionais e complementares. As opiniões sobre o poder legal e o poder paralelo, recorrentes nas discussões acerca do significado de proteção no contexto investigado, ilustram esse ponto de vista.

De acordo com o grupo, a polícia agride, é violenta e limita os espaços de sociabilidade, mas a sua ocupação na favela trouxe benefícios como o fim dos tiroteios. O traficante, por sua vez, gera violência, mortes e ganha dinheiro fácil, entretanto, oferece apoio social e moral para os moradores.

Quando se comparam os perigos associados ao elemento 'de fora' (a polícia) e o 'de dentro' (o traficante), registram-se visões aparentemente paradoxais, em que um mesmo ator (bandido ou policial) é identificado

com o sentido de ameaça e proteção. Todavia, essa suposta contradição é compatível com a dimensão relacional e complementar das esferas de significação que ordenam a experiência social brasileira (DaMatta, 1991).

Os núcleos simbólicos da proteção que organizam a visão de um grupo expressam a atualização do valor das relações pessoais e o enfraquecimento do papel das instituições públicas, responsáveis pela manutenção dos direitos e da segurança dos cidadãos. Tendo como pano de fundo a precariedade do poder público e os limites das condições materiais de existência, o sentido de proteção apóia-se nas relações de familiaridade, conhecimento e proximidade e até no poder do tráfico que personifica, no presente, uma das formas de clientelismo da sociedade brasileira.

Em contraposição, a ameaça localiza-se no desconhecido, no poder legal, naqueles elementos/instituições de fora, exteriores à comunidade. Essa visão de mundo contrasta com a hegemonia de uma única ética, centrada no valor dos direitos do cidadão, independentemente de sua condição social, raça, credo e família, comum ao ideário moderno.

A lógica de proteção, ancorada na combinação das categorias 'casa', 'outro mundo' e 'rua', também orienta os critérios sobre os cuidados com a saúde, em particular a transmissão do HIV. Nas relações sexuais exclusivas com a 'mulher da casa' (namorada, "moça quieta", moça de família) ou com o rapaz "conhecido", quando se usa algum método preventivo, recorre-se à pílula (previne-se a gravidez).

Nas relações sexuais com a 'mulher da rua' (profissional, "vadia", "safada") ou com o homem "desconhecido" as possibilidades de uso da camisinha aumentam (previne-se a doença). Conforme já assinalado, embora apresente um caráter universal, a lógica de que o familiar protege ganha relevância no contexto em foco.

Com relação à definição do (não) uso do preservativo, também foi observada uma avaliação sobre a hierarquia de risco nas diferentes situações, orientada pela soma de elementos do universo da 'casa' e da 'rua' e pela concepção de que a atividade sexual é sempre arriscada. A camisinha torna-se indispensável apenas quando o sexo é percebido como muito perigoso, ou seja, remete-se aos significados da 'rua'. Nesses casos também se recorre ao sexo oral para evitar a Aids.

Quando essas visões são comparadas com a noção de sexo seguro, divulgada pelo discurso preventivo, e com a hierarquia epidemiológica de risco em relação ao sexo anal e vaginal, nota-se, mais uma vez, a distância entre o enfoque da prevenção e a realidade dos jovens estudados.

Tais dados iluminam a compreensão da falta de convergência entre o conhecimento dos meios de prevenção e os comportamentos adotados. O preservativo, embora seja reconhecido como o principal meio de prevenção da Aids e da gravidez não planejada e seja acessível ao grupo – por meio da distribuição gratuita de uma organização local –, é apenas utilizado com regularidade por uma minoria.

Com base nas trajetórias biográficas analisadas, pôde-se identificar, na realidade em foco, a conformação de um sistema cultural de proteção, estruturado por esferas de significação diversas e complementares, que se organizam a partir das categorias sociológicas da ‘casa’, do ‘outro mundo’ e da ‘rua’.

Os núcleos simbólicos conectados à esfera da ‘casa’ e do ‘outro mundo’ incorporam o significado da proteção, enquanto aqueles associados ao universo da ‘rua’ abarcam o sentido de perigo e ameaça. Essa lógica perpassa as representações e as práticas de vários aspectos da vida cotidiana relacionados à função social da rede de parentesco e de vizinhança, a valores atribuídos ao gênero, a práticas sexuais e à visão da comunidade, assim como aos cuidados com a saúde, mais especificamente a prevenção do HIV.

Os nexos entre os núcleos simbólicos de proteção indicam a combinação de elementos de caráter social, simbólico e econômico que atuam de forma integrada na dinâmica social. A situação socioeconômica das camadas populares urbanas, os abusos do poder público, responsável pela manutenção da ordem e da segurança, a penetração e impacto do poder paralelo (o tráfico), articulados ao perfil relacional da sociedade brasileira, atualizam o valor das relações pessoais em oposição à noção de direitos do cidadão. É dentro desse quadro que se deve compreender a especificidade do significado de proteção, dependente da conjugação de elementos simbólicos e materiais que reforçam a percepção de que o familiar protege.

O olhar sobre o modo de vida de jovens de segmentos populares urbanos apontou para o desafio da prevenção em termos dos seus ambiciosos objetivos voltados para a mudança de comportamentos arraigados.

Admitir as dificuldades no campo da prevenção não significa, necessariamente, desistir da mesma, mas pensar em alternativas mais eficazes e adequadas às singularidades materiais e simbólicas dos variados segmentos sociais. Propõe-se, assim, que as políticas preventivas devam considerar as especificidades das estruturas objetivas e simbólicas da população-alvo do programa, relativizando o enfoque na responsabilidade individual pela manutenção da saúde, em particular à conexão entre exposição ao HIV e as condições de vida da população.

As tendências epidemiológicas globais, que apontam para o maior crescimento de casos de Aids nas populações empobrecidas e marginalizadas indicam que o controle da epidemia depende de investimentos, no âmbito macrossocial, voltados para a melhoria da qualidade de vida da população em termos de educação, saúde, moradia e aumento do poder aquisitivo.

É sabido que a diminuição das desigualdades sociais e econômicas é difícil de ser alcançada, dada a complexidade e a amplitude das estruturas sociais, políticas e econômicas que alimentam a manutenção dessa situação. Romper o perverso ciclo da pobreza tem sido uma das grandes dificuldades das políticas de saúde pública. Contudo, cabe insistir que as propostas de prevenção, dissociadas de mudanças na vulnerabilidade social e econômica, tendem a ser limitadas.

Compreende-se que a elaboração de programas de prevenção e as discussões sobre a eficácia das mesmas também dependem do reconhecimento da natureza simbólica das práticas dos sujeitos sociais. Tal ênfase nos remete para a dificuldade de tornar eficaz o intuito do discurso preventivo de alterar, em um curto período de tempo, práticas sociais internalizadas, reproduzidas e naturalizadas e que nem sempre são percebidas pelo sujeito como uma ameaça à saúde.

Mesmo nos casos em que um determinado comportamento é percebido como de risco não se pode esperar uma mudança imediata do mesmo, haja vista os vários fatores envolvidos na definição de uma prática que escapam do âmbito da decisão racional individual decorrente do acesso à informação. Uma comparação que pode ser feita diz respeito às campanhas antifumo. A descrição da lógica do (não) uso do preservativo ilustra as complicações da tarefa da prevenção. Conquanto seja um recurso disponível aos jovens pesquisados e reconhecido por eles como o principal meio da prevenção, a identificação da camisinha com os elementos do universo da 'rua', entre outras representações acerca da Aids e do valor simbólico da maternidade, dificulta a sua incorporação no mundo protetor da 'casa'.

Acredita-se que uma das possíveis contribuições do presente estudo, em relação à formulação de políticas voltadas para a diminuição da exposição ao HIV entre jovens de segmentos populares urbanos, seja o estabelecimento de um diálogo com as organizações comunitárias de Vigário Geral e com as instituições de ensino e saúde que atendem à população da favela (escolas e postos de saúde locais).

Dentro de uma ação mais focalizada – entendida como complementar às ações no âmbito macrossocial – tal iniciativa poderia fomentar o debate sobre o papel social dessas organizações como

mediadoras das necessidades da comunidade e do compromisso da sociedade civil e do poder público na implementação de políticas que ampliem as perspectivas de jovens de comunidades carentes no campo da educação, da profissionalização, do lazer e da cultura.

O trabalho de Novaes & Mafra (1998) sobre o relato de agentes que integram vinte e três projetos de organizações voltadas para a “capacitação profissional de jovens, educação para a cidadania e incentivo ao trabalho comunitário” fornecem pistas nessa direção. Segundo as autoras, os programas de intervenção social voltados para jovens de segmentos populares urbanos tendem a ampliar as “referências culturais e/ou profissionais” do grupo. Seria interessante saber quais as suas implicações para o significado de proteção da vida e da saúde desses jovens.

Para finalizar, a dificuldade de se mudar representações e práticas internalizadas e naturalizadas sugere que os caminhos da prevenção devem ser variados e complementares. As ações não devem ser isoladas, e sim integradas no sentido de melhorar as condições de vida dos setores socialmente excluídos. Estado e sociedade civil devem fazer parcerias e assumir responsabilidades na implementação de políticas sociais na área da educação, do emprego, da cultura e da saúde.⁴⁹ Alterar comportamentos arraigados é uma tarefa longa, árdua e delicada, mas a confluência de ações individuais e sociopolíticas poderá favorecer a (re)construção e/ou adequação das práticas dos atores sociais, visando à adoção de ações preventivas.

⁴⁹ Sobre as diretrizes de políticas e programas de saúde dirigidas para adolescentes e seus entaves, ver Arilha & Calazans (1998).